



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO nº 1609003/24
DA CONTRATAÇÃO

Processo: **PROCESSO LICITATÓRIO 00107001/2024**

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2024-SRP**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONER, CILINDROS, TINTAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA**

A **CONTROLADORIA INTERNA**, na pessoa do Senhor **Jorge de Lima Filho** responsável pelo **CONTROLE INTERNO** da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA, com **PORTARIA nº 076/2024** recebeu para análise o **Contrato Nº 20240599/2024** do processo na modalidade Pregão Eletrônico nº 27/2024-SRP, referente a contratação da empresa **NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ Nº 23.496.174/0001-92, com valor homologado de R\$ 270.932,98 (duzentos e setenta mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONER, CILINDROS, TINTAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO PROGRESSO, ESTADO DO PARÁ**, declarando o que segue.

1. DOCUMENTOS ANEXADOS NO PROCESSO

- I- Solicitação da contratação através do Memorando da Secretaria Municipal de Economia e Finanças nº **404/2024**
- II- Portaria de Nomeação do Fiscal de Contrato nº **522/2024-GPM/NP**;
- III- Contrato nº. **20240599/2024** com a empresa **NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ Nº 23.496.174/0001-92, com valor de R\$ 4.858,70 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos);
- IV- Extrato do Contrato
- V- Publicações do extrato do contrato;

É o necessário a relatar.

2. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO

Face ao exposto, trata-se de emissão de Parecer do Controle Interno a respeito da contratação do item lançado na Ata de Registro de Preço Nº **1208002/2024**, ocasião em que faz o exame de legalidade da tramitação da efetiva contratação, especificamente relacionado ao Contrato nº. **20240599/2024**.

Vale lembrar que para a escolha da modalidade Pregão no Sistema de Registro de Preço não é necessária a indicação da dotação orçamentária no momento do procedimento, haja vista a expectativa de contratação e a natureza jurídica da modalidade escolhida.

No entanto, esse encargo é realizado no momento da efetiva solicitação de compra/aquisição, o qual foi devidamente incluído no memorando enviado pela Secretaria solicitante, em conformidade com a necessidade e escolha discricionária da rubrica, elementos e sub-elementos, fonte do recurso.

Nesse caminhar de pensamento verifico que o procedimento realizado objetivo atender a necessidade do Órgão em contratar o item licitado para a Secretaria Municipal de Economia e Finanças, cuja formalização contratual e suas respectivas cláusulas, respeitaram a Minuta incluída no Edital e possuem todas os requisitos obrigatórios exigidos pelo artigo 89 da Lei 14.133/2021, bem como, Parecer Jurídico analítico da legalidade.

Além do mais, a empresa encontra-se regular com as certidões exigidas na execução de contrato, na forma da Lei 14.133/2021, artigo 91, § 4º.

Consta na pasta 01 (uma) via do contrato abaixo relacionado:

Contrato nº **20240599/2024**, celebrado com a empresa vencedora **NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 23.496.174/0001-92, com valor de R\$ 4.858,70 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).**

O contrato está datado do dia **26 de agosto de 2024**, devidamente preenchido com os dados da empresa vencedora, objeto, especificações, do preço, dotação orçamentária, e cláusulas necessárias nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, com vigência até **30/12/2024**, contados a partir da data de sua assinatura. Foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, devidamente assinado pelas partes qualificadas.

O extrato do contrato que foi publicado dia **11 de setembro de 2024**, no PLACARD da PMNP, no Diário Oficial do Município Edição nº **1351** e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (FAMEP) edição nº **3583**, do dia **12/09 de 2024**.

3. CONCLUSÃO

Assim, o Controle Interno considera o processo regular até o momento, resguardado o princípio da segregação de função, uma vez que cada servidor participante do procedimento possui sua cota de responsabilidade na atuação profissional, de modo que não há máculas no que o invalide ou anule, sendo esta Controladoria **pelo seu prosseguimento, RATIFICANDO A CONTRATAÇÃO** realizada por meio do Contrato nº. **20240599/2024** com **NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 23.496.174/0001-92, com valor de R\$ 4.858,70 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).**

Ademais o extrato do contrato foi publicado dentro do prazo exigido no artigo 94, da Lei 14.133/2021.

Sem mais, é o parecer da Unidade de Controle Interno.

Novo Progresso/PA, 16 de setembro de 2024.

Jorge de Lima Filho
Controlador Interno
Portaria nº 076/2024